

Brasil pode ter um rei. E já sobram candidatos

REJANE DE OLIVEIRA
Da Editoria de Política

A questão do mandato presidencial assumiu tal importância na Constituinte que poucos se deram conta, entre as votações da semana atrasada, da aprovação de um dispositivo prevendo a realização de plebiscito sobre forma e sistema de governo, a ser realizado no dia 7 de setembro de 1993. Na prática, isto significa que daqui a cinco anos o Brasil pode trocar a república pela monarquia e o presidencialismo pelo parlamentarismo. Se o povo quiser.

A emenda assegurando o plebiscito foi idealizada pelo deputado Cunha Bueno (PDS-SP), monarquista convicto, e recebeu aprovação consagradora na Constituinte: 495 votos contra apenas 22. Isto não significa que a volta da família real esteja garantida, já que o próprio Bueno aponta como defensores da monarquia apenas "uns trinta" parlamentares. Na verdade, foi a força da idéia parlamentarista que aprovou a emenda. Uma forma que o Governo conseguiu amortecer para manter o presidencialismo, mas que promete voltar vigorosamente até 1993.

"Foi até bom que o plebiscito tenha ficado para

daqui a cinco anos. Até lá, teremos tempo de mostrar à população as vantagens do sistema parlamentar e o presidencialismo terminará de falir", acredita o senador Mário Covas, um dos que votaram na emenda Cunha Bueno. O deputado Nelson Jobim também aprovou a proposta para mudar o sistema de governo: "Nossa idéia é instituir o regime de gabinete, o que o Governo não deixou que acontecesse agora. Se for preciso, aceitaremos até mesmo uma monarquia presidencial, onde os reis existem mas não governam", admitiu o deputado.

Não é o que imagina o autor do dispositivo. Cunha Bueno está convencido de que, chamado a opinar, o eleitorado fará uma opção clara pela monarquia. E monarquia pra valer. Para conquistar a população para a causa dos reis, ele conta principalmente com a penetração dos meios de comunicação. A explicação é simples: pelo parágrafo primeiro de sua proposta, será assegurada gratuitamente na livre divulgação a respeito das formas e dos sistemas de governo, com o objetivo de esclarecer os votantes até a data do plebiscito.

"Vamos utilizar todos os



Cunha Bueno: é sério

meios ao nosso dispor para derrubar os preconceitos contra a monarquia. E não é nada difícil, basta fazer uma retrospectiva da república para mostrar que este sistema tem sido permanente fonte de crises institucionais", explica o deputado paulista.

Bueno se utiliza de muitas citações para defender a sua idéia. De Platão a Delfim Netto, vale tudo. Segundo Platão, "a monarquia, quando nela existem as boas regras escritas a que chamamos leis, é a melhor das Constituições".

Para Delfim, "não é à-toa que a Escandinávia e a Grã-Bretanha são monarquias, pois já fizeram há muito tempo o cálculo da relação custo-benefício, e sai muito mais barato para os cofres públicos manter um rei do que um presidente".

E com armas como estas que o deputado pretende convencer os eleitores a reabilitarem a família real. Preocupado em não criar maiores barreiras à monarquia, ele fez questão de esclarecer que o rei não será necessariamente um dos dois Orleans e Bragança que são, na linha sucessória, os herdeiros naturais do trono brasileiro: Luiz e Pedro. "Na Espanha, o pai de Juan Carlos é que deveria ser o rei. Mas prevaleceu o bom-senso e se escolheu o que estava melhor preparado", afirma Bueno.

O fato é que, se a monarquia for instituída, a nova Constituição terá que passar por ampla reformulação após o plebiscito. A começar pelo Título I, que afirma ser o Brasil uma República Federativa. Mas isso, segundo Bueno, não passa de mais um detalhe: "O importante é a decisão política", frisou.

Eleições quebram o jejum do brasileiro

Após uma longa dieta eleitoral, os brasileiros não terão do que se queixar nos próximos anos. Até o final do século, irão às urnas pelo menos 10 vezes e terão a oportunidade de renovar todos os cargos dos Poderes Executivo e Legislativo, nos níveis municipal, estadual e federal. Se prevalecer o sistema de dois turnos aprovado pela Constituinte, em lugar de 10 serão até 19 eleições nos próximos 13 anos, período em que o País conhecerá nada menos que três novos presidentes da República.

Reduzir esta verdadeira enxurrada eleitoral é o principal objetivo a que os líderes do Governo se entregaram após a aprovação do mandato de Sarney. O argumento é o de sempre: eleição custa caro e o País encontra-se em plena crise econômica. Sob este pretexto, depois de ter transferido a sucessão presidencial para o próximo

ano, o Palácio do Planalto já se articula para prorrogar os atuais mandatos municipais, jogando o pleito de novembro para daqui a um ou dois anos. E se a crise econômica persistir até lá?

Quem faz esta pergunta são os defensores do cumprimento do calendário oficial, segundo os quais eleição só é fator inflacionário devido ao péssimo hábito político da compra de votos. Compra-se de todas as formas: através da distribuição de verbas públicas, do loteamento de cargos na administração e até da transferência direta de dinheiro. Resta saber se é eliminando as eleições que o vício irá desaparecer.

Enquanto os grupos pró e contra eleições lutam pelos seus interesses nos tapetes do Congresso, o eleitorado pode, ao menos, alegrar-se com o vistoso calendário político oficial para daqui até o ano 2000. E o seguinte:

O QUE ESTÁ MARCADO

1988

- Prefeitos e vice-prefeitos
- Vereadores
- * 2º turno para prefeitos e vices.

1989

- Presidente e vice-presidente da República
- * 2º turno.

1990

- Governadores e vice-governadores
- Senadores
- Deputados federais
- Deputados estaduais
- * 2º turno para governadores e vices.

1992

- Prefeitos e vice-prefeitos
- Vereadores
- * 2º turno para prefeitos e vices.

1993

- Plebiscito sobre regime de Governo.

1994

- Presidente e vice-presidente da República
- Governadores e vice-governadores
- Senadores
- Deputados federais
- Deputados estaduais
- * 2º turno para presidente, governadores e seus vices.

1996

- Prefeitos e vice-prefeitos
- Vereadores
- * 2º turno para prefeitos e vices.

1998

- Governadores e vice-governadores
- Senadores
- Deputados federais
- Deputados estaduais
- * 2º turno para governadores e vices.

1999

- Presidente e vice-presidente da República
- * 2º turno.

2000

- Prefeitos e vice-prefeitos
- Vereadores
- * 2º turno para prefeitos e vices.



Passarinho quer ser barão; Cardoso prevê disputa



Sem o sangue azul, Ulysses leva jeito

Depois do Panteão da Liberdade, da Pira da Democracia e do Museu das Artes (que deveria ser dos índios), o governador José Aparecido deverá dedicar o seu final de mandato à construção de dois monumentos: um à prin de cesa Isabel, o outro ao rei Zumbi. Quem vai levar esta reivindicação ao governador de Brasília é Modesto Marques de Oliveira, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Monárquicos, com sede na Ceilândia.

O IBEM, já tradicional no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, é a ponta de lança com que conta o deputado Cunha Bueno para popularizar o ideal monarquista no País até 1993, ano do plebiscito que definirá a forma de governo. E o início tímido do que, segundo prevê o deputado, se transformará brevemente em verdadeira coqueluche nacional, estimulando os "monarquistas enrustidos" a aparecerem. A figura de maior destaque, entre os que são aguardados no movimento, é o ministro Paulo Brossard, da Justiça.

Duro mesmo será, no caso de restauração da monarquia, a disputa entre os candidatos a rei. Ignorando deliberadamente a existência de uma família real de verdade, os Orleans e Bragança, há quem assegure que o deputado Ulysses Guimarães está de olho no cargo. "Se for preciso ter sangue azul ele dá um jeito",

brinca um de seus fiéis escudeiros na Constituinte.

O senador Fernando Henrique Cardoso, líder do PMDB no Senado, teme pelos mortos e feridos que a luta pela coroa certamente provocará. "Falaram muito mal da rainha da Inglaterra quando se pretendeu aprovar o parlamentarismo, mas tem muito candidato a rei por aí. Eu mesmo conheço alguns", afirmou o parlamentar.

Já o senador Jarbas Passarinho, presidente do PDS, confessa que tem tentado se aproximar a todo custo do deputado Cunha Bueno nos últimos dias. Motivo: ele quer ser barão de Xapuri, a pequena cidade açreana onde nasceu. "Como o Cunha deve ser o duque, acho que é com ele que eu terei que me entender, não é mesmo?"

Brincadeiras à parte, o fato é que ninguém na Constituinte acredita seriamente que a monarquia tenha alguma chance de ser restabelecida pelo voto popular. Esquecem-se os parlamentares do que aconteceu na última eleição para prefeito em Vila Velha (ES), onde a população decidiu eleger o mosquito em sinal de protesto, tal o descrédito em que se encontra a classe política. Os anarquistas de Brasília já têm até um jornal dirigido ao novo regime, com o título esclarecedor de "O Inimigo do Rei". Não será por falta de oposição, portanto, que a monarquia deixará de renascer. Nem de candidatos.